

COMISSÃO DE DIREITOS DA MULHER

REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Da Sra. TEREZA NELMA)

Requer a realização do I Encontro Nacional de Política Pública de Segurança e Proteção à Mulher Indígena, no âmbito da Campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”, promovida pela Secretaria da Mulher.

Senhora Presidente:

Nos termos do Artigo 24, Inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência a realização de ciclo de debates de forma híbrida, referentes ao **I Encontro Nacional de Política Pública de Segurança e Proteção à Mulher Indígena**, em alusão ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. Os referidos debates estão inseridos no âmbito da Campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”, promovida pela Secretaria da Mulher.

O encontro será dividido em quatro mesas de debate, respeitando a seguinte composição:

- **Abertura (10h):**

- Homenagem às anciãs: Eliane Potiguara, Andila Kaingang, Maria Delfina Lica, Tuirá Kaiapó e Vovó Bernaldina (in memorian);
- Cânticos espirituais: Pajé Mariana

- **Mesa Institucional (11h):**

- 1) Representante da Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB);
- 2) Representante da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB);



- 3) Representante da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA);
- 4) Representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB);
- 5) Representante do Conselho Indígena de Roraima (CIR);
- 6) Coordenadora-Geral dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, deputada Celina Leão;
- 7) Procuradora da Mulher da Câmara dos Deputados, deputada Tereza Nelma;
- 8) Procuradora Especial da Mulher do Senado Federal, senadora Leila Barros.

- **Intervalo de Almoço (12h)**

- **Mesa I – “Desafios para a Segurança da Mulher Indígena” (14h)**

- 1) Mayal Payaky, ativista;
- 2) Alessandra Munduruku, líder indígena e ativista;
- 3) Narubia Werreria, ambientalista;
- 4) Angela Nunká, líder indígena;
- 5) Txai Suruí, jovem liderança e ativista;
- 6) Representante da Fundação Nacional do Índio (FUNAI);
- 7) Representante da ONU Mulheres;
- 8) Representante do Ministério Público Federal (MPF);
- 9) Representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- 10) Representante da Defensoria Pública da União (DPU);
- 11) Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- 12) Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).



- **Mesa II – “Propostas para a Segurança da Mulher Indígena” (16h):**
 - 1) Fernanda Kaingang, primeira advogada indígena do Sul do Brasil;
 - 2) Alice Pataxó, comunicadora e ativista;
 - 3) Juma Xipaya, primeira mulher a chefiar uma aldeia Xipaya;
 - 4) Edna Xanenawa, Conselheira da Mulher Indígena de Feijó (AC);
 - 5) Samara Pataxó, advogada;
 - 6) Celia Xakriabá, professora e ativista;
 - 7) Josileia Kaingang, professora universitária.

- **Apresentação cultural e encerramento (18h)**

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com a Organização dos Estados Americanos (OEA), as mulheres indígenas estão suscetíveis a diferentes formas de discriminação histórica que se combinam e resultam na violação de seus direitos mais fundamentais. Em toda a América Latina, essas mulheres enfrentam obstáculos no acesso ao mercado de trabalho, dificuldades geográficas e econômicas para atendimento nos serviços de saúde e educação, barreiras estruturais para sua participação no processo político, além do etnocídio, genocídio de suas comunidades e ameaças a seus territórios.

Para além de todos os referidos entraves para que as mulheres indígenas alcancem a garantia das políticas públicas essenciais para sua qualidade de vida, elas também sofrem duplamente com o machismo e o racismo. Diante dessa realidade, nos últimos anos têm sido crescentes os índices de violência contra a mulher em comunidades e aldeias indígenas, apesar da subnotificação. Assim, cabe muitas vezes às lideranças ajudarem as vítimas, por meio da divulgação de informações sobre a Lei Maria da Penha, transporte até a delegacia próxima ou acionando a polícia quando necessário, mas só isso não é suficiente.

Dadas as dificuldades para o registro das denúncias e a falta de conscientização, é imprescindível que políticas específicas sejam criadas para diminuir os casos de violência contra as mulheres indígenas. Portanto, a realização do ciclo de



debates com autoridades do Judiciário, entidades do Executivo, organizações e lideranças indígenas tem a finalidade de encerrar as atividades da campanha dos “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”, dada a relevância do tema para a sociedade.

A Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados participa desde 2013 da Campanha Mundial “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”, que, no Brasil, acontece de 20 de novembro a 10 de dezembro e é chamada de 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, pois seu início ocorre no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, considerando a dupla vulnerabilidade da mulher negra.

A Campanha busca conscientizar a população sobre os diferentes tipos de agressão contra meninas e mulheres em todo o mundo. Trata-se de uma mobilização anual, empreendida por diversos atores da sociedade civil e do poder público. É realizada em escala mundial dia de 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, a 10 de dezembro, data em que foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e também tem o objetivo de propor medidas de prevenção e combate à violência, além de ampliar os espaços de debate com a sociedade.

A Campanha apresenta calendários adaptados à realidade de cada país, por isso, no Brasil, seu início é no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, e passa pelo dia 6 de dezembro, Dia Nacional dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

A Campanha dos 16 dias de ativismo começou em 1991, quando mulheres de diferentes países, reunidas pelo Centro de Liderança Global de Mulheres (CWGL), iniciaram uma campanha com o objetivo de promover o debate e denunciar as várias formas de violência contra as mulheres no mundo. No Brasil, a Campanha ocorre desde 2003. Cerca de 150 países já aderiram à Campanha.

A data é uma homenagem às irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa, conhecidas como “Las Mariposas” e assassinadas em 1960 por fazerem oposição ao governo do ditador Rafael Trujillo, que presidiu a República Dominicana de 1930 a 1961, quando foi deposto.

Tradicionalmente, além dos eventos organizados pela Secretaria da Mulher e pelos órgãos parceiros para integrar a Campanha, a Bancada Feminina leva ao Colégio de Líderes uma lista de proposições prioritárias para votação em Plenário que visam à ampliação dos direitos das mulheres como mecanismo de combate à violência contra a mulher no país. As propostas apresentadas versam não só sobre projetos e iniciativas na área de segurança pública, mas também em proposições de âmbito

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212324930600>



social, político e econômico, como as que ampliam a presença feminina na política e as que propiciam maior autonomia financeira para as mulheres — ferramenta essencial para a quebra dos ciclos de violência doméstica.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 2021.

Deputada TEREZA NELMA
PSDB/AL

